



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Departamento de Áreas Protegidas
Programa Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa

Ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê do Programa Arpa 2015

Brasília, 24 de agosto de 2015.

1. No dia 24 de agosto de 2015, foi realizada a 2ª reunião ordinária de 2015 do **Comitê do Programa Arpa (CP)**. A reunião teve por objetivo apresentar e discutir os seguintes temas:

- Abertura e assinatura da ata da reunião anterior;
- Discussão da estratégia do Programa;
- Apresentação e discussão do novo Decreto do ARPA;
- Deliberação sobre as propostas de criação de UCs no âmbito do Programa;
- Deliberação sobre as propostas de adesão de UCs ao Programa;
- Status das UCs e Proposta de transição da Fase II para a Fase III;
- Execução financeira: relatório de Monitoramento e Oficina de Aceleração;
- Definição de pauta para reunião conjunta entre o Comitê do Programa e o Comitê do Fundo de Transição prevista para 28 e 29/10;
- Informes e encaminhamentos da reunião anterior.

2. Os presentes à reunião foram: Ana Cristina Barros (SBF), Sergio Carvalho (SBF/MMA), Moara Giasson (futura Diretora do DAP), Thiago Gil, Renata Gatti, Marco Bueno, Luciana Lima (UCP Arpa);, Juan Carlos Rueda, Ivan (CNS), Marco Lentini (WWF-Brasil), Fabiano Silva (FVA), Antonio Sena (ICMBio), Marialva Araújo (FEMARH RR), Eliani Fachim (SEMA MT); Fernanda Marques, Manoel Serrão (Funbio); Patrícia Pinha (CG/ARPA); Ana Maria, Marcelo (IACTI-RR).

3. A lista de presença está anexa a esta ata (**Anexo 1**).

4. A Sra. Secretária de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente abriu a reunião agradecendo a presença de todos e expressou sua perplexidade com o tamanho do Programa, destacando o esforço de captação de recursos e execução descentralizada pelo FUNBIO como alguns dos diferenciais do ARPA. Disse que o Programa é muito importante mas que deveríamos pensar em uma visão mais ampla, com mais atividades, seja para a preservação do restante da Amazônia ao longo dos próximos 25 anos, seja para outros estudos como a quantificação de estoques de carbono na área do ARPA, e passar a experiência do ARPA para outros biomas.

5. Após sua sugestão de reflexão, mencionou o novo decreto, publicado em 20 de agosto de

2015, e disse que seria um novo desafio contar com a presença dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento no Comitê do Programa (CP). Mencionou que será ainda mais importante a boa implementação das atividades para conseguirmos os recursos de contrapartida governamental. Quanto à composição do novo CP, enfatizou que precisamos construir um processo legítimo de eleição cujos membros mantenham um equilíbrio entre a expertise técnica e as questões políticas do programa. Mencionou que será um desafio pois a sociedade civil tem uma visão mais harmônica que a do governo, que tem legislações diferentes, vontades políticas diferentes, maturidade diferentes.

6. A Sra. Secretária mencionou que a questão da contrapartida dos governos estaduais esteve sendo tratada diretamente com os Secretários e que será enviado ofício a cada um deles solicitando a formalização do compromisso do aporte de contrapartida, além da indicação de fórum de secretários para compor o programa.

7. Lembrou que, na última reunião, houve uma moção para que se viabilizasse a entrada de mais técnicos no ARPA. A Secretária disse ser salutar mas que, infelizmente não estava ao alcance Diretora do DAP, ou mesmo dela, nesse momento, atender a essa demanda. Pediu auxílio do FUNBIO para expor sua visão sobre o ARPA e, juntamente com o MMA, buscar construir arranjos mais efetivos para otimização de recursos e de pessoal já alocado no Programa.

8. Sr. Manoel Serrão a parabenizou pela iniciativa de repensar o ARPA e colocou o FUNBIO à disposição. Disse que o Programa tem muito sucesso, mas tem muito a melhorar. Frágeis ainda são a efetividade das UC para a conservação da biodiversidade e aspectos ligados às UCs de uso sustentável. Lembrou ainda que o ARPA é modelo não só para o Brasil mas para Peru, Colômbia e outros países. Falou que temos que abrir diálogo e ampliar a capacidade e capilaridade.

9. Sra. Eliane Fachim deu as boas vindas à Secretária e disse que será um desafio ter um único representante dos estados por eles terem realidades muito distintas. Outro desafio ressaltado por ela será o problema de pessoal, principalmente no campo. Ela disse que este ano houve o Fórum dos Secretários da Amazônia e que o Fórum pode ser bastante proveitoso para trazer resultados para o Programa e uma maior integração, talvez maior que da ABEMA. Com as discussões do Fórum, busca-se chegar a soluções.

10. Sr. Marco Lentini colocou-se à disposição e mencionou que existem pelo menos três tópicos a serem aprofundados: pensar em estratégias para conservação de toda a Amazônia, pois existem lacunas de conservação a serem identificadas e trabalhadas; verificar como o Comitê pode auxiliar nas ferramentas e reaplicação dessas ferramentas no ARPA; e que, na estruturação do CP, gostaria de ter maior participação da sociedade civil.

11. Sr. Antônio Sena lembrou que a questão de pessoal é mais que só novos servidores. É pensar em uma política de permanência dos servidores nas UCs, de alocação temporária, progressão diferenciada, gratificações. E que essas providências podem ser decididas pelo MMA e ICMBio.

12. Sr. Fabiano Silva disse que essa é uma fase de maior complexidade e riscos para o Programa, e ele preocupa-se com o não cumprimento de metas para alguns estados pois crê que não existam planos alternativos para isso. É cético quanto ao comportamento de alguns estados. Crê que os governos estaduais não sabem a realidade dos seus estados, nem que UCs têm em seus estados. Disse ter duas grandes preocupações: o papel fundamental da sociedade civil, cujo espaço vem

diminuindo; e que grandes UCs vão ser mais difíceis de serem criadas. O ARPA deve pensar em agrupamentos de pequenas UCs, com planejamento conjunto.

13. Sr. Juan pôs a CNS à disposição e lembrou que Chamado da Floresta ocorrerá em outubro e o ARPA também será discutido.

14. Sra. Ana Maria, do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação (IACTI) de Roraima, participando como convidada, se apresentou e agradeceu a oportunidade de participar da reunião.

15. Sr. Marcelo, também do IACTI (RR) agradeceu a oportunidade de defender a criação das UCs no estado e disse que com essa nova etapa a área de UCs no estado chegará a 66 % e enfatizou que a criação gerará renda e empregos na região, principalmente no baixo Rio Branco.

16. Sr. Thiago afirmou que o MMA está conversando com o estado de Roraima e eles apresentaram propostas de UCs que estão sendo recategorizadas.

17. Sr. Thiago prosseguiu e disse que, quanto aos informes, devido à pauta extensa, foram impressos e estão nas pastas que foram distribuídas.

18. Quando questionado sobre o Painel Científico de Aconselhamento (PCA), para decisão sobre as propostas de criação, foi dito que fez-se um grupo de trabalho com o MMA e WWF para avaliação pois ainda não foi recomposto o PCA. A UCP só recebeu quatro propostas da área socioambiental e nenhuma proposta para as demais áreas.

19. Ao final da discussão, ficou decidido aumentar o prazo do edital para envio de currículos para as demais vagas e que os membros tentariam divulgar a abertura de vagas em seu círculo mas a Secretária sugeriu que não fosse indicação direta dos membros, mas currículos sendo enviados pelos próprios candidatos. Ao divulgar, deve-se deixar claro que é uma oportunidade de trabalhar para o ARPA mas que não é remunerado. Decidiu-se aumentar o prazo por mais 10 dias após o lançamento do edital. Para as propostas de criação que já chegaram, decidiu-se que o CP as aprovaria ou negaria, sem esperar o novo PCA, foi sugestão do Juan, com a concordância da Secretária.

20. A Sra. Secretária recapitulou as questões levantadas até o momento e fez algumas considerações como, por exemplo, dizer ao Sr. Antônio que gostaria de discutir com o Presidente do ICMBio Sr. Cláudio Maretti as questões de pessoal, e que acha que as lacunas de conservação são tão importantes quanto as sociais e políticas, devendo-se pensar, por exemplo, se o ARPA poderia fazer algo sobre as reservas legais, fomento ao turismo, exploração madeireira em FLONAS, meta de desenvolvimento do milênio. Sobre os papel das UCs na Amazônia, deveria se pensar em divulgar mais seu papel e o papel do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

21. Após o *coffee break*, Sr. Thiago retomou comentando os principais aspectos do Decreto 8.505/2015, de 20 de agosto de 2015. Entre as diferenças, destacou-se a inclusão de apoio consolidação de UCs de uso sustentável, à manutenção de UCs de uso sustentável, e possibilidade de diferentes fontes de financiamento público federal, além de reafirmar o compromisso do governo federal com o programa.

22. Sobre a composição do CP, este passa a ser composto por 3 membros do MMA, 1 membro

do ICMBio, 1 membro do MPOG, 1 membro do Ministério da Fazenda, 1 membro dos Órgãos Gestores estaduais (rotativo), 3 membros da sociedade civil, 3 membros dos doadores privados (CFT).

23. Sr. Manoel disse que, na regulamentação do Decreto deve-se deixar claro os vínculos entre as demais estruturas, como o Fundo de Transição, por exemplo, e os demais instrumentos, como o MOP como orientador da gestão.

24. Sra. Eliane disse ser importante repensar a participação dos estados, balanceando os aspectos técnicos e políticos e acha que o CP tem agora um aspecto maior de integração.

25. A Sra. Secretária pediu que, na regulamentação, fosse discutida a questão de conflitos de interesse. Juan disse que a CNS apoia e que quem tem projeto não deve participar do CP. Quanto ao FUNBIO, perguntado pelo Fabiano, a instituição não tem assento nem no CFT nem no CP.

26. A Sra. Secretária propôs que, na próxima reunião, fosse submetida proposta de regulamentação com implicação de suas políticas, por exemplo, conflitos de interesse. Pediu ainda que a pauta da reunião fosse detalhada por tópico. Será preciso também pensar na eleição dos membros do CP.

27. Sobre a participação da Comissão de Gestores (CG), perguntado pela Sra. Patrícia, Sr. Thiago esclareceu que continuarão como ouvintes, que a CG é eleita a cada 2 anos e um deles é designado para comparecer à reunião do CP.

28. Ficou determinado que, até 15 de setembro, os membros enviem ideias sobre a regulamentação e eleição do CP por e-mail para que se discuta na próxima reunião prevista para o fim de outubro.

29. Finalizado esse tópico, passou-se a discutir as propostas de criação de novas UCs para o Programa – 5 propostas: 3 de Roraima (RDS Boiaçu, RDS Itapará e RDS Remanso), 1 proposta de Iranduba/AM (ESEC Igapó de Açutuba) e 1 proposta do Pará (ESEC Cuxiu Preto e Caiarara).

30. Sr. Thiago lembrou que a avaliação das propostas de criação deveria ser feita pelo PCA e que as de adesão deveriam ser recomendadas pelo PCA e validadas pelo CP.

31. Foi solicitado que os convidados de Roraima expusessem sua proposta de criação. Sr. Marcelo disse que somavam 868.748,92 ha e que serão frutos do desmembramento da APA do Baixo Rio Branco. Sr. Thiago lembrou que há 546 famílias dentro da APA.

32. Após deliberações, decidiu-se aprovar as três propostas de Roraima, com ressalvas, pois ficou pendente de parecer que avaliasse, por exemplo, o fato levantado pelo Sr. Fabiano Silva quanto à construção de uma hidrelétrica nas proximidades, e possíveis conflitos entre populações que vivem na foz entre o Jauaperi e o Baixo Rio Branco. Sr. Marcelo ressaltou que a Cachoeira do Bem querer fica a 7 dias de barco da RDS, não afetando-a diretamente.

33. Sr. Fabiano sugeriu ao Programa priorizar estratégias de criação para as UCs que têm contexto político para ser criadas e, se houver outro edital, ele quer saber mais sobre os custos envolvidos nesses R\$ 300.000,00 que são disponibilizados por Processo de Criação de UC.

34. Quanto às duas outras propostas, inicialmente foram recusadas, pendente análise por parte do PCA para então reanálise pelo CP. Foi sugerido o envio de convite aos proponentes para

participar de futura reunião do CP e apresentar com mais detalhes suas propostas.

35. Sr. Thiago fez uma breve apresentação sobre as propostas de adesão. A Sra. Secretária acrescentou que foi feita consulta informal sobre lideranças comunitárias para validação dessas propostas. As propostas foram avaliadas pela UCP, junto com o WWF, que confirmou o resultado apresentado. Após deliberações, ficou elencado:

- RDS Alcobaça: não adesão pelo impacto proveniente do enchimento de reservatório de Tucuruí;
- RDS Pucuruí Ararã – não adesão pelo mesmo motivo;
- RDS do Tupé: não adesão pelo reduzido tamanho;
- ESEC Jutai Solimões: Adesão;
- RDS Matupiri: Adesão para gestão integrada com o Parque Estadual de Matupiri;
- RESEX do rio Pacaás Novos: Adesão
- RESEX Marinhas Cuinara, Mestre Lucindo e Mocapajuba: Adesão para gestão integrada em dois blocos: Bloco 1 (RESEX Maracanã, RESEX Chocoaré-Matogrosso, RESEX Cuinarana, RESEX Mestre Lucindo), Bloco 2 (RESEX Mãe Grande Curuçá, RESEX São João da Ponta e RESEX Mocapajuba)

36. Sr. Fabiano considerou imprudente aceitar mais uma proposta do Amazonas sem que o Estado apresente contrapartida firme. A Secretária afirmou que a contrapartida será cobrada pelo ofício enviado ao estado e que a adesão somente será efetivada quando for aceito o compromisso.

37. Sr. Marco sugeriu que poderíamos convidar outras UCs para entrarem no Programa ao invés de abrir editais. A Secretária achou boa a ideia e sugeriu que na revisão dos procedimentos se pensasse em alcançar a meta de conservação da Amazônia e não só do ARPA.

38. Após o almoço, retomou-se os trabalhos com o status das UCs. Sr. Thiago apresentou quadro das UCs em estágio avançado de consolidação em grau I e II. Depois entrou na proposta para execução da fase II na qual temos saldo de R\$ 57.316.832,00. Informou que alguns gestores ainda não finalizaram o preenchimento dos Planos Estratégicos Plurianuais (PEP).

39. Sr. Thiago abre discussão para sugestões de formas de acelerar os gastos com os recursos e atingir os marcos referenciais propostos. Fabiano solicitou informações sobre o projeto de gestão integrada proposto para região da BR-163 e sobre a possibilidade de replicar tal experiência. Destacou que apoiar ações via mosaico seria bom, outra saída seria via sociedade civil. Foi apontado que cabe avaliar se o ARPA quer usar os recursos para outras atividades que não para consolidação das UCs.

40. Sr. Thiago propôs que o FUNBIO apresentasse o que estava fazendo para melhorar a execução do ARPA. Fernanda elencou alguns pontos: restauração institucional do FUNBIO para maior agilidade e benefícios ao programa, maior integração entre as áreas dentro do FUNBIO, procedimentos de compras modificados e redução de gargalos, oficina de aceleração junto aos gestores, compras com cartão de crédito, fluxos do programa e sistemas estão sendo revistos, utilização de especificação padrão, teste de novos procedimentos, por exemplo, compras pela internet, mudanças no cérebro, para acesso as consultas, busca de alternativas com o advento do e-social, contratos regionais para combustíveis, embarcações, alimentação, e integração entre os sistemas cérebro e o RM.

41. Sr. Juan solicitou maiores esclarecimentos sobre a proposta do ICMBio de simplificar os Plano de Manejo (PM). Antônio disse que o ICMBio tem um modelo mais rápido e o direcionamento interno é aprovar os PM. Enfatizou que os gargalos são de cunho mais técnico, nesse sentido, o ICMBio deve desenvolver oficina para elaboração de Plano de Manejo, provavelmente a 2ª semana de setembro, bem como o acompanhamento mais próximo dos TDR para equipamentos fora da especificação padrão.

42. Sr. Antônio destacou a importante a equiparação de diárias do ARPA com as do governo federal, principalmente para convidar parceiros, por exemplo, bombeiros e policiais, pois os baixos valores de diárias não eram atrativos para participação desses parceiros nas atividades importantes para as UCs do Programa. Além disso, enfatizou a aproximação dos coordenadores temáticos no planejamento das UCs do ARPA como outro avanço para o ICMBio.

43. Sr. Thiago prosseguiu para o Relatório de Monitoramento, nesse sentido informou que foi analisado o fluxo de solicitações e as dificuldades de execução. Verificou-se que os bens são os itens com maior prazo para conclusão da aquisição, tanto em função dos gestores quanto do FUNBIO. Sr. Manoel indicou que o passivo de solicitações do Plano Operativo 2012/2013 foi solucionado e estão trabalhando para solucionar o de 2014/2015, além disso, informou sobre a contratação de reforço para equipe de compras.

44. Foram mencionados também alguns encaminhamentos da oficina de aceleração da execução, como: Comunicar, trimestralmente, os gestores acerca das taxas de execução financeira; UCP solicitou dos pontos focais (PF) maior envolvimento na orientação técnica no planejamento, UCP vai montar um cronograma para acompanhar desde a solicitação até o acompanhamento dos produtos, os PF vão enfatizar a necessidade de solicitar os bens logo no início do planejamento, os PF vão fazer oficina de capacitação temática. Além disso, o FUNBIO e PF disponibilizarão modelo de TDR e a UCP vai montar bancos de dados, pedir no do BIRD para os bens que tenham um único fornecedor, prazos para tirar protocolos de ajuste, FUNBIO irá fazer *check list* para os protocolos voltarem o mínimo possível para os gestores e, conseqüentemente, acelerar a execução. Ainda, o FUNBIO irá enviar e-mail notificando a necessidade de ajustes e após 45 dias, cancela-se a solicitação.

45. Outros procedimentos que deverão ser adotados são: atualização das especificações padrão a cada 2 anos, cadastro de fornecedores locais, modificação do fluxo para doação de bens e elaboração de lista de bens elegíveis e valores indicativos para bens, serviços e consultorias.

46. Sr. Manoel informou que o Funbio tem trabalhado em proposta para doação de todos os bens do POA de uma só vez, desta forma a publicação e a doação tornam-se efetivas com a assinatura do Termo de Recebimento e Aceite (TRA).

47. Após o Coffee Break, apresentou-se sugestões para a pauta da próxima reunião dos dias 28 e 29/10:

- Monitoramento da execução financeira do programa;
- Avaliação e adoção de protocolo de monitoramento da biodiversidade;
- Proposta de orçamento para o programa Biênio 2016/2017;
- Convite a Iranduba e Pará para apresentação das propostas de criação;
- Nova composição do Comitê do Programa para discussão com o grupo.

48. Os representantes do FUNBIO e o Sr. Juan solicitaram que fosse considerada a alteração da data da reunião.

49. Encerrada a pauta, Sr. Thiago apresentou alguns informes sobre o andamento das atividades do Programa ARPA: Será realizado encontro de gestores previamente ao CBUC; Os contratos regionais já foram analisados pelo BIRD, voltaram para ajuste do ICMBio e foram novamente para o BIRD para não objeção; A ferramenta SAMGe e a proposta de Monitoramento da biodiversidade foram apresentadas na reunião do Fórum Técnico realizada em 24/06/15; RAPPAM será novamente aplicado nas UCs do ARPA em 2015; Será realizada capacitação de gestores e multiplicadores para aplicação da SAMGe entre os dias 15 e 17/09, posteriormente a ferramenta será aplicada durante a oficina de planejamento do ARPA; Serão enviados ofícios aos Estados solicitando comprometimento de contrapartida; Foi realizada reunião da Comissão de gestores em 06/08, em que discutiu-se sobre a renovação da composição, regimento interno, formato e pauta do Encontro de Gestores; Foi realizada reunião do CFT em 21/07/15, na qual foram discutidos aspectos ligados a ajuste no investimento, gestão de ativos, execução financeira, e doação do BNDES.

50. Sr. Manoel acrescentou que GEF, KfW e MAC mostraram-se favoráveis à doação do BNDES e flexíveis quanto ao prazo para execução dos seus recursos. Sr. Thiago informou ainda que a doação do GEF-6 foi aprovada e que o ARPA deve receber US\$ 30,000,000,00 para sua fase III.

Deliberações e encaminhamentos

- a) Aprovado apoio do ARPA para consolidação das UCs: (i) ESEC Jutaí Solimões; (ii) RDS Matupiri para gestão integrada com o Parque Estadual de Matupiri; (iii) RESEX do Rio Pacaás Novos; (iv) RESEX Marinhas Cuinarana, Mestre Lucindo e Mocapajuba - para gestão integrada em dois blocos: Bloco 1 (RESEX Maracanã, RESEX Chocoaré-Matogrosso, RESEX Cuinarana, RESEX Mestre Lucindo), Bloco 2 (RESEX Mãe Grande Curuçá, RESEX São João da Ponta e RESEX Mocapajuba)
- b) UCP prorrogará o recebimento de candidaturas para o PCA por mais 10 dias;
- c) UCP construirá um processo legítimo de eleição do CP;
- d) UCP enviará os ofícios solicitando aporte de contrapartida;
- e) UCP preparará proposta para o documento de regulamentação do Decreto, incluindo conflitos de interesse, inclusão do MOP como ferramenta da gestão, outros vínculos do administrador do programa, e demais estruturas, como o FT e outros;
- f) Os membros do CP enviarão, até 15 de setembro, ideias para o documento de regulamentação do decreto do ARPA, por e-mail;
- g) UCP receberá sugestões dos membros do Comitê e submeterá proposta de regulamentação na próxima reunião;

- h) DAP preparará parecer sobre as propostas apresentadas por Roraima para apoio a criação de UCs e divulgará por e-mail para manifestação dos membros em 10 dias;
- i) UCP convidará representantes do Pará e Iranduba para apresentação das respectivas propostas de apoio a criação de UC ao CP, na próxima reunião;
- j) UCP preparará agenda detalhada de cada tópico da pauta para as próximas reuniões;
- h) FUNBIO apresentará a possibilidade de acesso a protocolos iniciados por outrem.

Brasília, 24 de agosto de 2015.

Membros do Comitê do Programa:

Ana Cristina Barros
DAP/SBF/MMA

Eliani Fachim
ABEMA- MT

Fabiano Lopez
FVA

Antonio Sena
ICMBio

Marco Lentini
WWF-Brasil

Marialva Araújo
ABEMA- RR

Juan Carlos Rueda
CNS

Manoel Serrão
Funbio

Patrícia Pinha
Comissão de Gestores

Anexo 1 – Lista de presença

Anexo 2 – Apresentação disponibilizada na reunião.